Of. 1096/07
1097/07
1128/07

EXPEDIENTE	/	/2007
ACEITO EM	02 / 10	/2007
APROVADO EM	09 / 10	/2007
REJEITADO EM	/	/2007
ARQUIVO		

ATA
8076
8079

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

REQUERIMENTO Nº 457 /2007

Requer urgência

PROTOCOLADO SOB Nº 1754/2007

EM 02/10/2007

(10)

O Vereador abaixo assinado requer, após ouvida a Casa, na forma regimental, que seja encaminhado ofício ao Secretário Especial da Aqüicultura e Pesca, Exmo. Sr. Altemir Gregolin e à Ministra do Meio Ambiente, Exmª. Srª. Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima, com o objetivo de buscar informações sobre a tramitação do Projeto de Implantação da Zona de Proteção Marinha.

De acordo o Ofício Nº 069/2006, de 06/06/2006, da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, foram disponibilizados recursos para o projeto, que na ocasião encontrava-se em análise com o Ministério do Meio Ambiente/IBAMA.

Outrossim, solicito a aprovação imediata do Projeto, que tem o objetivo de criar uma espécie de Banco Genético natural, com condições especiais para garantir a reposição de estoque de peixe, mantendo desta forma, o nível econômico da atividade pesqueira na cidade de Rio Grande.

Em anexo cópia do Ofício 069/2006, da SA/SEAP/PR, do Ofício 098/2006, da SA/SEAP/PR, do Ofício 004/2003, deste Gabinete, do Discurso do Dia Mundial do Meio-ambiente, em 05/06/1998, de fotos e de reportagens de Jornais locais.

Endereço

- Secretário Especial da Aqüicultura e Pesca, Exmo. Sr. Altemir Gregolin. Esplanada dos Ministérios, Bl. D. Edifício Sede. Brasília/DF. Fax: 0XX61-3224.5049.
- Ministra do Meio Ambiente, Exmª. Srª. Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima. Esplanada dos Ministérios. Bloco B – 5º Andar. Brasília/DF. CEP: 70.610-200.

*

Sala das Sessões, 18 de abril de 2007

Vereador Jair Rizzo
Líder da Bancada do PSB

* Que seja enviado também ao IBAMA

VISTO

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
PROCESSO Nº 1535
24 / 08 / 2006
RUBRICA | FOLHAS
95 | 02

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE AQÜICULTURA E PESCA
SECRETARIA ADJUNTA
Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Sala 204 –Ed.Sede
CEP – 70.043-900-Brasília-DF
Telefone: (61) 3218.2841/ Fax: 3218-2863

Req. 152/06.

Ofício nº 98/2006 – SA/SEAP/PR

Brasília, 18 de Agosto de 2006.

A Sua Senhoria o Senhor,
CLÁUDIO CASTANHEIRA DIAZ
Vereador da Cidade de Rio Grande – RS
Presidente da Câmara de Vereadores
Rua General Vitorino, 441
96.200-310, Rio Grande – RS

Assunto: Resposta Of. n.º 405/06 de 30 de março de 2006 -Proposição do Vereador Jair Rizzo

Prezado Presidente,

1. Cumprimentando Vossa Senhoria, e em resposta ao Of. n.º 405/06 de 30 de março de 2006, pertinente ao apoio da SEAP/PR ao projeto de Implantação da Zona de proteção Marinha – ZPM (Proponente: Instituto de Preservação Ambiental e Cultura – IPAC), na boca da barra da Lagoa dos Patos – RS, comunicamos que:

2. A SEAP/PR, tem executado a ação n.º 6111, Fomento a Instalação de Recifes Artificiais e Atratores, por meio de Emendas Parlamentares, tendo em vista a insuficiência dos quantitativos da mesma, nos anos de 2004 a 2006, destinados no PPA 2003-2006, e por tendo por outro lado, o grande interesse demonstrado por Parlamentares, em viabilizar de forma direta tais Programas, em âmbito Nacional.

3. Por outro lado, o processo de Instalação de Recifes Artificiais Marinhos, na forma de Dispositivos Anti-arrasto, necessita de Licenciamento do IBAMA-MMA, em função de entendimento deste órgão, sem o qual está sujeito a embargo e multa. Desta forma está sendo acordado entre a SEAP/PR e a DIFAP/IBAMA-MMA, um Termo de Referencia para os Estudos visando à prevenção e mitigação de impactos ambientais da instalação destas estruturas, o qual deverá ser levado à execução pelo proponente-executor.

4. Por fim, recomendamos que o projeto em tela, seja submetido e previamente avaliado no âmbito do ***Fórum de Gestão da Lagoa dos Patos***, entidade supra-governamental e regional, responsável por discutir a gestão pesqueira no âmbito do ecossistema estuarino da Lagoa, onde o IBAMA e a SEAP/PR são membros participes.

Câmara Municipal do Rio Grande
FL Nº 2

5. Desta forma, sugerimos contato prévio com o Chefe do Escritório Estadual da SEAP/PR, no Rio Grande do Sul, Sr. João Dias Machado (Fone: 051 - 3284-9611 / 3284-9610), para os encaminhamentos prévios que o caso requer.

Sendo o que se apresentava, despedimo-nos,

Atenciosamente,

DIRCEU SILVA LOPES
Secretário Adjunto

A/C

JOÃO DIAS MACHADO
Chefe do Escritório Estadual do RS- SEAP-PR

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
PROCESSO Nº 1222
14 / 06 / 2006
RUBRICA | FOLHAS
01

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE AQÜICULTURA E PESCA
SECRETARIA ADJUNTA
Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 2º Andar, sala 204
CEP: 70043-900 – Brasília - DF
Telefone: (61) 3218-2841Fax: (61) 3218-2863

Ofício nº **69**/2006 – SA/SEAP/PR

Brasília, 06 de junho de 2006.

A Sua Senhoria o Senhor
VER. CLÁUDIO CASTANHEIRA DIAZ
Presidente da Câmara Municipal do Rio Grande
Rua General Vitorino, 441
96200-310 Rio Grande - RS

Assunto: Resposta ao ofício nº 477/06

Senhor Vereador,

1. Reportamo-nos ao ofício em epígrafe de 24 de abril de 2006, que trata da inclusão do Projeto de implantação da Zona de Proteção Marinha – ZPM no Plano Plurianual de Investimentos – PPA Exercício 2007/2011 do Governo Federal.
2. Informamos que a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP/PR estará disponibilizando recursos para o atendimento do pleito em tela, ao tempo em que, encontra-se em análise com o MMA/IBAMA a viabilidade de implantação de Recifes Artificiais.

Atenciosamente,

DERCEU SILVA LOPES
Secretário Adjunto - Substituto

Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal da Cidade do Rio Grande

Of. Nº 004/2003 Rio Grande, 15 de Abril de 2003.

Senhor Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos pelo presente, solicitar o apoio no sentido de viabilizar projetos de desenvolvimento para o setor pesqueiro do nosso Município e região, considerando que já tínhamos o maior pólo pesqueiro do Estado, assistimos ao longo desses trinta anos a decadência deste importante setor de atividade gerador de emprego e renda, principalmente para os pescadores artesanais do nosso estuário, onde se pescava com fartura várias espécies de peixes e crustáceos comerciais como:

miragaia, borriquete, peixe-rei, bagre, linguado, savelha, tainha e camarão.

Considerando que os principais fatores causadores da destruição da pesca em nosso Município foram principalmente:

1º) a pesca predatória, como a rede de arrasto dentro e fora do Estuário;

2º) a poluição com várias fontes de contaminação das águas que margeiam nosso município;

3º) a falta de fiscalização, tanto de pessoal como de equipamentos indispensáveis à proteção do Estuário.

Em anexo segue cópia com mapa e estudos identificando as possíveis fontes de contaminação das águas que margeiam a Cidade do Rio Grande.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Ver. Jair Rizzo
PL

P.D.T.

Ilmo Sr.
José Fritsch
Secretário Nacional da Pesca

Recebido 15/04/2003

Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal do Rio Grande

DISCURSO QUE IRÁ SER PROFERIDO NO DIA 05 DE JUNHO, 1998, DIA

MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS VEREADORAS, SENHORES

VEREADORES E DEMAIS AUTORIDADES AQUI PRESENTES:

PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE MARINHO

BASE PARA AÇÃO

A DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE MARINHO PODE RESULTAR DE UMA AMPLA GAMA DE FONTES. AS FONTES DE ORIGEM TERRESTRE CONTRIBUEM COM 70 POR CENTO DA POLUIÇÃO MARINHA E AS ATIVIDADES DE TRANSPORTE MARÍTIMO E DESCARGA NO MAR COMPARECEM COM 10 POR CENTO CADA UMA. OS POLUENTES QUE APRESENTAM MAIOR AMEAÇA PARA O MEIO AMBIENTE MARINHO SÃO, EM GRAU VARIÁVEL DE IMPORTÂNCIA E DEPENDENDO DAS DIFERENTES SITUAÇÕES NACIONAIS OU REGIONAIS: ESGOTOS, NUTRIENTES, COMPOSTOS ORGÂNICOS SINTÉTICOS, SEDIMENTOS, LIXO E PLÁSTICOS, METAIS, RADIONUCLÍDEOS, PETRÓLEO-HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS POLICÍCLICOS. MUITAS DAS SUBSTÂNCIAS POLUIDORAS PROVENIENTES DE FONTES TERRESTRES REPRESENTAM PROBLEMAS PARTICULARES PARA O MEIO AMBIENTE MARINHO, VISTO QUE APRESENTAM AO MESMO TEMPO TOXICIDADE, PERSISTÊNCIA E BIOACUMULAÇÃO NA CADEIA ALIMENTAR. ATUALMENTE NÃO EXISTE PLANO ALGUM DE CARÁTER MUNDIAL VOLTADO PARA OS PROBLEMAS DA POLUIÇÃO MARINHA DE ORIGEM TERRESTRE.

A DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE MARINHO TAMBÉM PODE DECORRER DE UM AMPLO ESPECTRO DE ATIVIDADES EM TERRA. OS ESTABELECIMENTOS HUMANOS, O USO DA TERRA, A CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA COSTEIRA, A

AGRICULTURA, A SILVICULTURA, O DESENVOLVIMENTO URBANO, O TURISMO E A INDÚSTRIA PODEM AFETAR O MEIO AMBIENTE MARINHO. PREOCUPAM, PARTICULARMENTE, A EROSÃO E A PRESENÇA DE SILTE NAS ZONAS COSTEIRAS.

A POLUIÇÃO MARINHA TAMBÉM É PROVOCADA PELO TRANSPORTE E PELAS ATIVIDADES MARÍTIMAS. CERCA DE 600 MIL TONELADAS DE PETRÓLEO SÃO DESPEJADAS NO MAR ANUALMENTE EM DECORRÊNCIA DE OPERAÇÕES NORMAIS DE TRANSPORTE MARÍTIMO, ACIDENTES E DESCARGAS ILEGAIS. NO QUE DIZ RESPEITO ÀS ATIVIDADES DE EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS AO ALTO-MAR, ATUALMENTE HÁ NORMAS INTERNACIONAIS RELATIVAS ÀS DESCARGAS PRÓXIMAS ÀS MAQUINARIAS E EXAMINARAM-SE SEIS CONVENÇÕES REGIONAIS PARA A FISCALIZAÇÃO DAS DESCARGAS DAS PLATAFORMAS. A NATUREZA E A EXTENSÃO DOS IMPACTOS SOBRE O MEIO AMBIENTE DECORRENTES DAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM ALTO-MAR REPRESENTAM, GERALMENTE, UMA PROPORÇÃO MUITO PEQUENA DA POLUIÇÃO MARINHA.

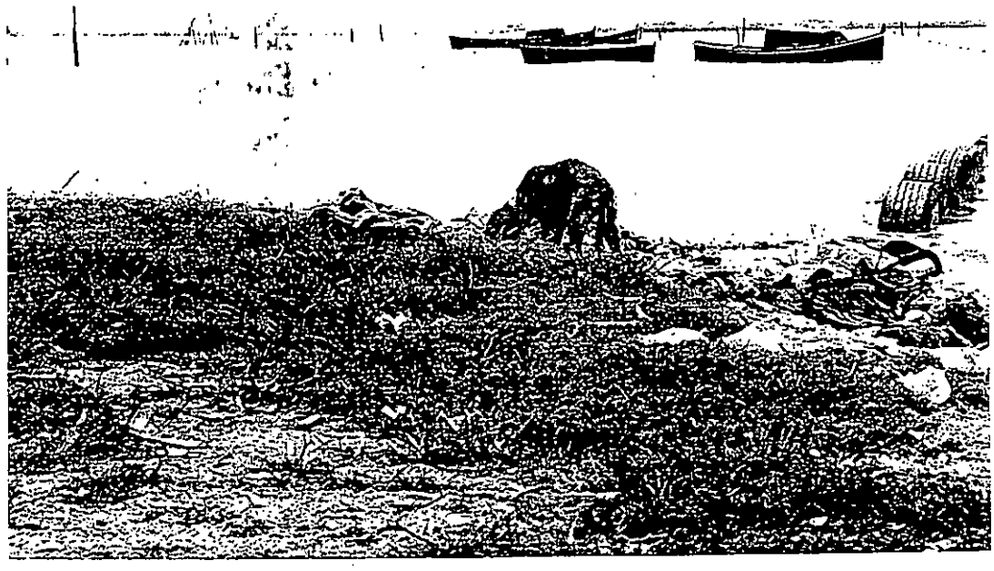
PARA IMPEDIR A DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE MARINHO É PRECISO ADOTAR UMA ABORDAGEM DE PRECAUÇÃO E ANTECIPAÇÃO, MAIS QUE DE REAÇÃO. PARA TANTO É NECESSÁRIO ADOTAR MEDIDAS DE PRECAUÇÃO, AVALIAÇÕES DOS IMPACTOS AMBIENTAIS, TECNOLOGIAS LIMPAS, RECICLAGEM, CONTROLE E REDUÇÃO DOS ESGOTOS, CONSTRUÇÃO E/OU MELHORIA DAS CENTRAIS DE TRATAMENTO DE ESGOTOS, CRITÉRIOS QUALITATIVOS DE GERENCIAMENTO PARA O MANEJO ADEQUADO DAS SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS E UMA ABORDAGEM ABRANGENTE DOS IMPACTOS NOCIVOS PROCEDENTES DO AR, DA TERRA E DA ÁGUA. SEJA QUAL FOR A ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO ADOTADA, ELA DEVERÁ INCLUIR A MELHORIA DOS ESTABELECIMENTOS HUMANOS COSTEIROS E O GERENCIAMENTO E DESENVOLVIMENTO INTEGRADOS DAS ZONAS COSTEIRAS.

ENCERRO, SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS VEREADORAS, SENHORES VEREADORES E DEMAIS AUTORIDADES, COM UMA MENSAGEM VEICULADA EM UM CANAL DE TELEVISÃO, COM O SEGUINTE E INTELIGENTE TEOR: ***"A CADA 20 MINUTOS SE DÁ A EXTINÇÃO DE UMA ESPÉCIE.SOMENTE UMA ESPÉCIE PODE EVITÁ-LA."***

MUITO OBRIGADO.

Rio Grande, 09-03-2006





CRISE NA PESCA

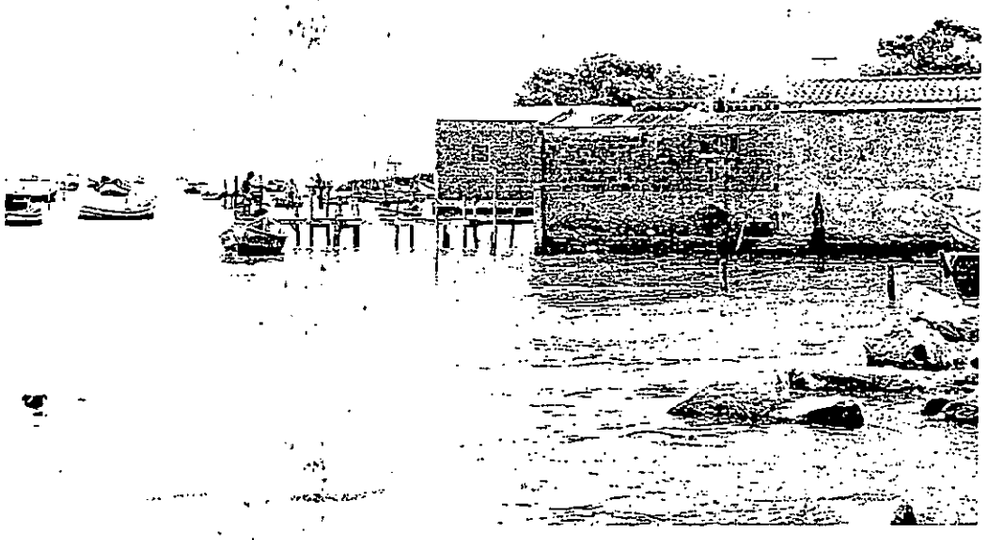
Ecologista diz que em breve, "peixe só em fotografia"



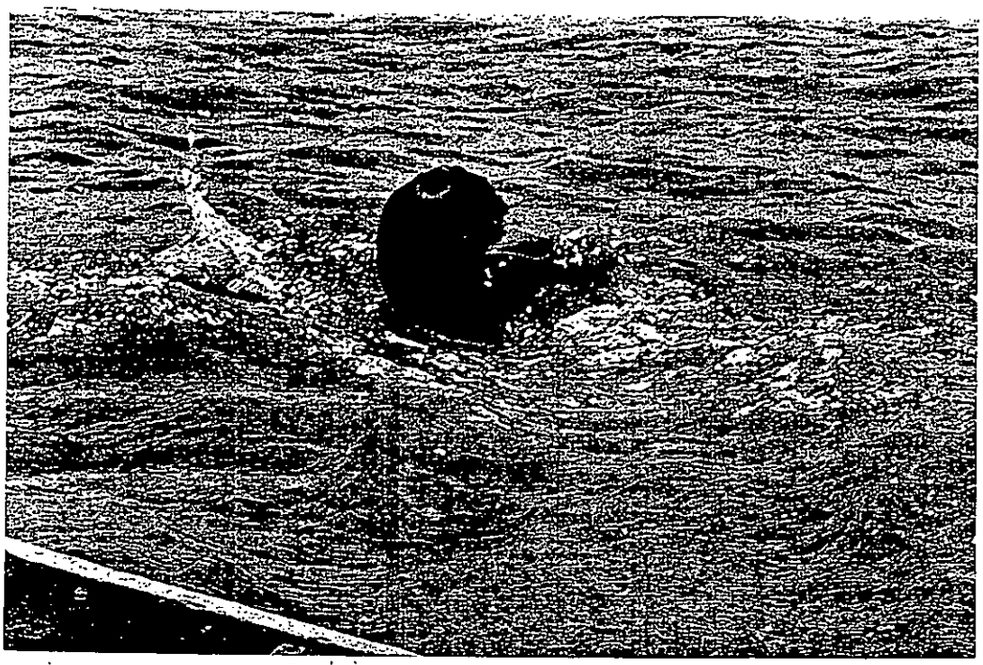
PROBLEMA: Wilde Vianna de Lima vinha denunciando há muito tempo que a devastação com práticas de *arrasto* aniquilaria os estoques de camarão. Barcos têm que parar por falta do que pescar. **PÁGINA 11**







Rio Grande, 03-03-2006





INSTITUTO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL IPAC
Marechal Deodoro 42 S.J. do Norte * Luiz Lorea 322/301 Rio Grande Tel. 232 6428

CGPTC
Req. 457.
Proc. 1757

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE ZONA DE PROTEÇÃO MARINHA (ZPM)

1 - APRESENTAÇÃO

O litoral do Rio Grande do Sul, em quase toda sua extensão, desde a barra do Chuí até as proximidades de Torres, já quase na divisa de Santa Catarina, numa faixa compreendida entre a linha da maré e a isobota de 20 metros, caracteriza-se por apresentar fundo arenoso com pequena declividade e desenvolver-se em linha reta, sem enseadas ou enclaves na costa. Nesta faixa costeira, de baixa profundidade, encontram-se as zonas de reprodução e criação dos cardumes de interesse da pesca, capturados, industrializados e comercializados pelo setor pesqueiro, que torna o estado o maior produtor nacional de pescado de origem oceânica.

Pelas singularidades de nossa região costeira, a denominada pesca industrial, exercida principalmente por embarcações de outros estados, têm sistematicamente desrespeitado a legislação vigente e praticado a pesca predatória, no seu sentido mais amplo. Os efeitos diretos desta atividade predatória estão sendo sentidos pelas industrias pesqueiras, que em sua maioria já paralisaram as atividades por falta de matéria prima, pela frota industrial e pelos pescadores artesanais, talvez os mais afetados pela falta de outras opções de trabalho e renda.

A pesca indiscriminada junto as zonas de procriação e crescimento tem afetado a capacidade de recuperação dos estoques de pescados, e, por conseqüência a pesca está seriamente afetada. **Por maiores que sejam os esforços de fiscalização, pelas dimensões da costa e pelas dificuldades de exercer uma efetiva presença em todo o litoral, a pesca predatória continua e não dá mostras de diminuição**.

Com este projeto pretende-se criar uma espécie de BANCO GENETICO natural, com condições especiais, para garantir a reposição dos estoques e manter o nível econômico da atividade pesqueira, visando criar "zonas ou áreas de proteção", que denominamos ZONAS DE PROTEÇÃO MARINHA, que consiste em criar obstáculos artificiais em áreas pré-determinadas da zona litorânea, com a finalidade de impedir de modo definitivo a prática de pesca predatória nestas áreas e ao mesmo tempo criar condições favoráveis para a recuperação dos cardumes.

Existem inúmeros relatos dos efeitos desastrosos da pesca predatória, que se refletem na própria atividade e na comunidade pesqueira de um modo geral, porém até o momento nenhuma ação foi proposta no sentido de instituir áreas com proteção física, destinada a proteger ao menos em parte os cardumes afetados. A proposta do presente projeto é propiciar o fechamento de áreas costeiras delimitadas, aqui denominadas ZONAS DE PROTEÇÃO MARINHA – ZPM, de modo a impedir a pesca comercial nestes locais, utilizando para tais, estruturas artificiais que impeçam a operação de pesca.

2 - LOCALIZAÇÃO DAS ZONAS DE PROTEÇÃO MARINHA - (ZPM)

O presente projeto prevê a implantação de três áreas ou locais onde serão criadas as ZPM: Área 01 – Área frontal ao Parque Nacional da Lagoa do Peixe; Área 02 - Área do entorno dos Molhes da Barra do Rio Grande; Área 03 - Área frontal à Reserva Ecológica do Taim. As ZPM serão constituídas por áreas que serão isoladas por cordões de "Estruturas Artificiais", do tipo recifes, que serão implantadas nos limites das ZPM, visando oferecer obstáculos físicos que impeçam a prática da pesca comercial e de arrasto no interior das ZPM.

3 - TIPOS DE ETRUTURAS ARTIFICIAIS

As estruturas que podem impedir a pesca comercial são de diversos tipos, que por sua forma e configuração impeçam o lançamento de apetrechos de pesca nestas áreas. Estas estruturas podem constituir-se em uma forma barata e inteligente de aumentar os estoques de peixes e a produtividade da pesca, intercalando áreas de fundo arenoso com ZPM, com estruturas que permitam os "abrigos" para a proteção dos cardumes.

As estruturas que constituirão os cordões de proteção das ZPM poderão ser:

a) Pedras ou blocos de pedras posicionados sobre o fundo;
b) Estruturas de concreto com diversos formatos:
c) Pneus usados, montados em diversas formas;

As estruturas artificiais serão lançadas para limitar as ZPM, e em seu interior para criar "abrigos" para os cardumes, também atuarão como substrato para fixação de larvas de invertebrados, que num processo rápido, facilitarão a recuperação dos estoques.

Mesmo materiais que venham a se decompor como o tempo, poderão ser colocados no interior das ZPM, já que em seus remanescentes a vida se multiplicará. Cada estrutura colocada servirá de dupla função, proteção ao estoque natural e criação de melhores condições de abrigo no ambiente natural, já que o fundo arenoso do nosso litoral não oferece muitos refúgios.

4 – HISTORICO DOS RECIFES ARTIFICIAIS MARINHOS

Existem relatos de emprego de estruturas artificiais para atração de pescados ou de outros animais, desde os tempos anteriores a era cristã, denominada popularmente de "cevas". Esta prática é comum nos paises asiáticos onde é intensamente praticada por aldeia de pescadores. No Japão, o emprego de grandes estruturas em forma de recifes

9 – ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

Todas as etapas dos trabalhos serão acompanhadas de relatos e informes técnicos, que serão elaborados e divulgados mensalmente pelo IPAC, bem como serão abertas as comunidades cientifica de modo geral e também aos estudantes da comunidade em geral, para divulgação dos trabalhos e reforço no conceito de educação ambiental.

Leonardo Anchieta
presidente

artificiais, data de 1.600, onde as estruturas foram submersas e colocadas sobre fundos duros em áreas costeiras. Estas estruturas artificiais foram lançadas com o objetivo de favorecer a instalação de fauna biológica, permitindo a pesca em seu entorno. A partir destas experiências e com o desenvolvimento tecnológico, outros paises praticam intensamente a criação de zonas artificiais de atração e/ou proteção de cardumes em sua água costeira. Os EUA são talvez o pais que mais possuem este tipo de RECIFES ARTIFICIAIS, principalmente na costa do oceano pacifico, voltada para a pesca esportiva. Atualmente Japão, Taiwan, Canadá, USA, França e Portugal, são lideres na utilização de estruturas artificiais dedicadas ao manejo e exploração racional dos recursos pesqueiros. No Brasil existem projetos em desenvolvimento na costa do Paraná e no Espírito Santo, trabalhos que estão sendo desenvolvidos por uma organização não governamental, com apóio da Universidade Federal do Paraná e outras instituições que participam do projeto. As estruturas artificiais, objetivando a proteção do fundo marinho, contra o impacto da pesca comercial ou como atratores de comunidades biológicas visando o aumento da pesca local, quer com finalidade comercial ou esportiva. Dentre as inúmeras recomendações da FAO, para adoção de política racional de administração pesqueira, umas das técnicas recomendadas é a utilização de recifes artificias.

5 – Z P M DOS MOLHES DA BARRA DO RIO GRANDE

5.1 - IMPORTÂNCIA ECOLOGICA E SÓCIO ECONÔMICA

Atualmente o fracasso das capturas de pescados e camarões, na zona estuarial da Laguna dos Patos, está se manifestando intimamente na situação sócio-econômica das comunidades envolvidas, principalmente em Rio Grande e São José do Norte. No caso da pesca, principalmente a denominada pesca artesanal, envolve somente nos municípios de Rio Grande, São José do Norte e Mostardas, aproximadamente 30 mil pessoas, que são afetadas direta e indiretamente pela diminuição do volume dos cardumes de pescados.

A implantação de uma ZONA DE PROTEÇÃO MARINHA (ZPM), no entorno dos molhes, neste projeto denominada Área 02, trará a certeza de reservas nos estoques naturais destes recursos pesqueiros, acreditando-se que num prazo relativamente curto, trará um aumento dos estoques e também propiciará aumento da conservação, e, associado ao aumento da biodiversidade marinha, trará novas fontes de trabalho para estas comunidades, como por exemplo, a pesca esportiva e as atividades turísticas que podem ser associadas, implantação de cultivos, etc.

No aspecto de fiscalização da atividade pesqueira, as ZPM tornar-se-ão pontos de referência, e que poderão passar a dispor de mecanismos de vigilância à distância, tornando a tarefa de fiscalizar mais ágil, refletindo-se na melhor administração dos recursos pesqueiros, e, por conseqüência melhor retorno econômico para o setor.

5.2 – INFLUÊNCIA DOS MOLHES NO SISTEMA LAGUNAR DA BARRA DO RIO GRANDE

Até o inicio do século passado, Ano em que foram inciados os trabalhos de fixação da Barra do Porto do Rio Grande, pela construção dos molhes, a entrada da barra era uma tarefa altamente arriscada para os navegadores e extremamente facilitada e propicia para os organismos vivos que ali viviam. Conforme relatos de historiadores (ver documentos anexos) a barra era larga, com muitos bancos de areia e pequena profundidade, que dificultava a navegação, mas por outro lado favorecia a penetração dos cardumes para o interior da zona estuarial, em busca de abrigo e alimento. Com a construção dos molhes, as margens do canal foram fixadas, o canal natural perdeu largura, ganhou profundidade, suas águas saem com velocidade e descarregam os sedimentos longe da barra, ficou excelente para a navegação, canal com profundidade superior a 12 metros, bem sinalizado apenas com alguma reclamação com as fortes correntes de vazantes. E para os cardumes de pescados, como vencer as fortes correntezas, como encontrar na imensidão oceânica a única porta de apenas 900 metros de largura para ingressar na segunda maior bacia hidrográfica do Brasil, onde encontra abrigo, alimentação e condições ideais para complementar seu ciclo de vida natural?

A região que constitui o sistema estuarial da Laguna dos Patos, atualmente está intimamente ligada aos Molhes da Barra do Canal do Porto do Rio Grande, e esta intimidade e dependência se refletem continuamente na atividade pesqueira local, existindo períodos de safras muito ricas (abundantes) e outros períodos de safras muito pobres (ausentes).

É de conhecimento dos pescadores locais, que a Laguna dos Patos precisa salgar para que existira a possibilidade haver safra de camarão, de tainha, de bagre, etc., que se ocorre muita chuva as possibilidades de safra ficam prejudicadas. Mas a verdade é que das trocas e interações entre Sistema da Laguna dos Patos como o Sistema de Oceano Atlântico, que resulta a grande força da cadeia vital, que garante as boas safras para a atividade pesqueira, tanto em águas da Laguna como no Oceano.

A natureza ao moldar a barra do canal do Rio Grande, com bancos de areia móveis bastante largura, pouca profundidade e baixa velocidade de deságüe, havia criado um sistema de notável equilíbrio entre os dois meios, permitido uma troca permanente nos dois sentidos. Quando a engenharia humana interveio e restringe as condições de trocas entre Laguna e Oceano, as interações que passaram a depender muito mais das condições de vento e do regime de chuvas, fazendo com que as incertezas de cada ciclo, se reflitam na escassez ou na abundância de cada safra.

É sabido que formas juvenis penetram do oceano para a laguna, onde procuram abrigo e alimento e quando estão na fase de reprodução retornam ao oceano. Em muitas ocasiões estas penetrações não são possíveis, devido ao grande funil formado pelos molhes, devido ao regime de ventos e ainda dependente do volume de precipitação pulviometrica da bacia hidrográfica da Laguna dos Patos.

O caminho contrário também ocorre com indivíduos adultos, maduros que saem par o mar para desova, e também de jovens que nasceram no Estuário e também buscam águas oceânicas.

implantadas, servirão de suporte para organismos vivos, bem como permitirão a fixação de equipamentos de observação e acompanhamento permanente dos dados bióticos e abióticos da ZPM, propiciando amplos campos de estudos. Estes trabalhos poderão ser desenvolvidos em parceria com instituições de ensino e pesquisa (FURG, Ucpel, UFRGS, etc) e outras entidades que tenham interesse neste campo de estudos.

As ZPM também poderão servir de locais para trabalhos, visitas e observação por alunos dos níveis básicos e médios, para aluas de biologia, ecologia e estudos ligados ao meio ambiente, podendo atender parcela significativa das redes de escolas das comunidades envolvidas.

O projeto de ZPM transcende as expectativas cientificas e pode a representar o equilíbrio e o incremento da atividade pesqueira, podendo também iniciar o desenvolvimento da aqüicultura no litoral gaúcho, sendo neste aspecto uma nova estratégia de importância sócio-economica para os pescadores artesanais gaúchos.

6 - EQUIPE DE ENVOLVIDOS NO PROJETO

A equipe de trabalho é composta por pessoal vinculado ao IPAC, com experiência na área de pesca e também pessoal cientifico , que será agrupado sob a coordenação do responsável pelo projeto, e deverá envolver aproximadamente 20 pessoas.

Também serão convidadas a participar dos trabalhos O Departamento de Oceanografia da FURG, IBAMA as comunidades de pescadores (Sindicados e Colônias) e as Prefeituras Municipais.

7 - EQUIPAMENTOS A SEREM EMPREGADOS

Para o desenvolvimento dos trabalhos deste projeto, serão utilizadas umas embarcações tipo Barco Pesqueiro com capacidade superior a 100 Tom, dois Veículos Utilitários, um caminhão equipado com guincho – Cap 10 Tom, equipamento de posicionamento eletrônico (GPS), eco-batimetro, sonar, equipamento de mergulho autônomo, câmara de filmagens subaquática, equipamentos diversos p/colocacão de dos recifes artificiais, rádios de comunicação, bóias de sinalização, cabos e correntes.

8 - CUSTOS DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O presente projeto deverá ser custeado pelo órgão executor das obras de ampliação dos molhes da Barra do Rio Grande, dentro da obrigação legal, como **MEDIDA COMPENSATÓRIA** ao impacto ambiental causado pela obra, conforme previsto no EIA/RIMA LI 133/2001 art.2.4.

5.2 – INFLUÊNCIA DOS MOLHES NO SISTEMA LAGUNAR DA BARRA DO RIO GRANDE

Até o inicio do século passado, Ano em que foram inciados os trabalhos de fixação da Barra do Porto do Rio Grande, pela construção dos molhes, a entrada da barra era uma tarefa altamente arriscada para os navegadores e extremamente facilitada e propicia para os organismos vivos que ali viviam. Conforme relatos de historiadores (ver documentos anexos) a barra era larga, com muitos bancos de areia e pequena profundidade, que dificultava a navegação, mas por outro lado favorecia a penetração dos cardumes para o interior da zona estuarial, em busca de abrigo e alimento. Com a construção dos molhes, as margens do canal foram fixadas, o canal natural perdeu largura, ganhou profundidade, suas águas saem com velocidade e descarregam os sedimentos longe da barra, ficou excelente para a navegação, canal com profundidade superior a 12 metros, bem sinalizado apenas com alguma reclamação com as fortes correntes de vazantes. E para os cardumes de pescados, como vencer as fortes correntezas, como encontrar na imensidão oceânica a única porta de apenas 900 metros de largura para ingressar na segunda maior bacia hidrográfica do Brasil, onde encontra abrigo, alimentação e condições ideais para complementar seu ciclo de vida natural?

A região que constitui o sistema estuarial da Laguna dos Patos, atualmente está intimamente ligada aos Molhes da Barra do Canal do Porto do Rio Grande, e esta intimidade e dependência se refletem continuamente na atividade pesqueira local, existindo períodos de safras muito ricas (abundantes) e outros períodos de safras muito pobres (ausentes).

É de conhecimento dos pescadores locais, que a Laguna dos Patos precisa salgar para que existira a possibilidade haver safra de camarão, de tainha, de bagre, etc., que se ocorre muita chuva as possibilidades de safra ficam prejudicadas. Mas a verdade é que das trocas e interações entre Sistema da Laguna dos Patos como o Sistema de Oceano Atlântico, que resulta a grande força da cadeia vital, que garante as boas safras para a atividade pesqueira, tanto em águas da Laguna como no Oceano.

A natureza ao moldar a barra do canal do Rio Grande, com bancos de areia móveis bastante largura, pouca profundidade e baixa velocidade de deságüe, havia criado um sistema de notável equilíbrio entre os dois meios, permitido uma troca permanente nos dois sentidos. Quando a engenharia humana interveio e restringe as condições de trocas entre Laguna e Oceano, as interações que passaram a depender muito mais das condições de vento e do regime de chuvas, fazendo com que as incertezas de cada ciclo, se reflitam na escassez ou na abundância de cada safra.

É sabido que formas juvenis penetram do oceano para a laguna, onde procuram abrigo e alimento e quando estão na fase de reprodução retornam ao oceano. Em muitas ocasiões estas penetrações não são possíveis, devido ao grande funil formado pelos molhes, devido ao regime de ventos e ainda dependente do volume de precipitação pulviometrica da bacia hidrográfica da Laguna dos Patos.

O caminho contrário também ocorre com indivíduos adultos, maduros que saem par o mar para desova, e também de jovens que nasceram no Estuário e também buscam águas oceânicas.

Particularmente no caso do siri, o entorno dos molhes é o maior ponto de concentração de fêmeas optadas e maduras, que ali se tornam vulneráveis a pesca predatória, principalmente no período de defeso.

Pelos fatos sucintamente relatados acima, o projeto prevê a execução de ZONA DE PROTEÇÃO MARINHA, em ambos os lados dos molhes, numa extensão de 10 milhas de extensão de cada lado dos molhes, partindo da porção final dos mesmos, no sentido paralelo à linha de praia, que propiciará uma área de criatório natural e será um forte impeditivo da pesca predatória nesta área.

5.3 – DIMENSIONAMENTO DA Z P M DOS MOLHES

Na área dos molhes, por ser de extrema importância ecológica e de interesse sócio econômico da comunidade, será implantada a maior ZMP, que está detalhada no Mapa 01, em anexo.

A partir da extremidade dos molhes, serão colocadas no sentido perpendicular as linhas de praia, recifes artificiais de concreto, distantes 50 metros entre si, formando uma linha frontal, que protegerá toda a área abrangida desde a linha até a praia. Uma segunda fileira de recifes artificiais de concreto será colocada, afastada da primeira de aproximadamente 50 metros, de modo desencontrado, visando formar uma dupla proteção da área.

Em todo o interior da zona protegida serão colocadas estruturas especais de atração e abrigo para cardumes, num total de aproximadamente 4.000 peças, em concreto sob a forma de cones ocos, com perfurações laterais e peso aproximado de 2,5Ton.

5.4 – SINALIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE RECIFES ARTIFICIAIS

A linha de proteção a ser lançada, constituída dos recifes artificiais, será devidamente sinalizada, de conformidade com as normas da Marinha do Brasil, através do Serviço de Sinalização Náutica.

5.5 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE PESQUISA CIENTÍFICA

As atividades cientificas, tanto na pesquisa como no desenvolvimento de novas técnicas, terão amplo leque de trabalhos, visto que as estruturas artificiais a serem